



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,  
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Emerging Markets, dos Estados Unidos  
Publicada em 05 de outubro de 2007**

**Jornalista:** Há 20 anos atrás, o Brasil estava batalhando contra a hiperinflação e construindo suas instituições democráticas após 20 anos de regime militar. Como o Senhor vê o Brasil daqui a 20 anos?

**Presidente:** Imagino o Brasil daqui a 20 anos à luz do que está ocorrendo nos últimos anos, ou seja, um País que cresce de forma robusta com estabilidade econômica e ao mesmo tempo avança na redução das desigualdades sociais e regionais.

Isto é o resultado de uma política macroeconômica fundada na estabilidade dos preços e na solidez fiscal e das contas externas. Estamos criando condições para que o País possa crescer no futuro; para que o crescimento de hoje não comprometa o crescimento de amanhã. É importante destacar que a estabilidade dos preços não é apenas um compromisso deste governo, mas uma demanda da sociedade brasileira, que conhece o seu impacto desagregador sobre a qualidade de vida das pessoas e sobre a capacidade de planejamento do Estado.

Mas a estabilidade macroeconômica não é tudo. É importante ter uma política voltada também para o crescimento, como estamos fazendo hoje com o PAC - um programa para eliminar os gargalos de infra-estrutura e entraves institucionais que vinham retardando a retomada do crescimento acelerado do Brasil. Também é essencial uma ação efetiva para a redução das desigualdades sociais do País, através de programas voltados para a criação de condições mínimas de cidadania no presente - a exemplo do Bolsa Família - , e de programas que garantam a inclusão social no futuro. O melhor exemplo



disso são as ações na área de educação, como a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a instituição do Programa de Desenvolvimento da Educação.

Se o Brasil mantiver a atual rota, teremos no futuro um país mais justo e menos desigual, com menos pobreza e mais emprego. Um país com mais oportunidades para aqueles que foram esquecidos no passado, com instituições sólidas, estabilidade consolidada e com um estado provendo serviços para todos os brasileiros. Ainda há muito que fazer neste e nos próximos governos, mas estou seguro que estamos na direção certa.

**Jornalista:** Há um paradoxo: antes da sua eleição, o Senhor estava muito crítico em relação ao sistema financeiro internacional e ao FMI em particular. Hoje os investidores estão cheios de elogios para a economia brasileira. Quem mudou mais: o Senhor ou os mercados?

**Presidente:** Creio que é preciso qualificar a questão. Desde meados de 2002 deixei claro, através da Carta ao Povo Brasileiro, o compromisso de meu governo com a manutenção da estabilidade econômica e o respeito aos contratos. É verdade que parte dos agentes do sistema financeiro internacional (mas apenas parte), não acreditou neste compromisso e assumiu uma posição defensiva com relação ao Brasil na transição de governo. Mantivemos nosso compromisso - e o FMI foi um parceiro importante no período inicial de governo -, consolidamos a estabilidade e criamos as condições para que o País possa crescer de forma sustentada.

Na verdade, ambos mudaram. Olhando de um horizonte mais longo, creio que o Partido dos Trabalhadores amadureceu, e suas posições evoluíram em relação há dez anos atrás. Com o exercício do poder, aprendemos a valorizar a estabilidade e compreender sua importância para o crescimento.



Mas não perdemos, em momento nenhum, nosso compromisso básico com a melhoria da distribuição de renda.

Mas também muitos agentes do mercado financeiro mudaram, passando a confiar em meu Governo. Superaram preconceitos e aprenderam que um partido de esquerda na América Latina é capaz de praticar uma política econômica que zela pela estabilidade monetária, pelo equilíbrio fiscal e pelo respeito aos contratos, ao mesmo tempo em mantém o compromisso com a redução das desigualdades, o combate à pobreza, e a inclusão. Enfim, que é possível compatibilizar solidez econômica com políticas sociais efetivas.

**Jornalista:** Alguns críticos dizem que o seu governo não fez o suficiente para implementar reformas estruturais (as reformas tributária e previdenciária ficaram limitadas, e não teve iniciativa significativa em relação à reforma trabalhista). De fato, uma oportunidade de avançar mais neste terreno foi perdida durante o primeiro ano do seu segundo mandato?

**Presidente:** Não é verdade que não houve reformas estruturais importantes nos últimos anos. Além da reforma da previdência dos servidores públicos, foram implementadas mudanças importantes em diversas áreas, como é o caso da nova Lei de Falências, da abertura do mercado de resseguros, da regulamentação de uma série de dispositivos importantes para o funcionamento eficiente dos financiamentos imobiliários, entre muitos outros.

Na área tributária também foram implementadas medidas relevantes, entre as quais a mudança na estrutura da Cofins e da contribuição para o PIS, cuja incidência deixou de ser cumulativa. Apenas esta mudança representou uma desoneração do custo dos investimentos do País de cerca de 10%. Foram ainda adotadas medidas de desoneração tributária, num montante de R\$ 30 bilhões.



Por fim, foram implementadas reformas importantes em programas sociais, que são fundamentais para assegurar o crescimento de longo prazo. O melhor exemplo é o FUNDEB, programa que deverá ampliar de forma expressiva a alocação de recursos em educação nas áreas menos desenvolvidas do Brasil.

Em 2007, o governo dedicou-se à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contempla, entre outras medidas, a reforma tributária, que será enviada ao Congresso nas próximas semanas. Por sua abrangência e complexidade, está sendo objeto de debate profundo com os Estados e Municípios, bem como com o setor empresarial e a sociedade civil.

**Jornalista:** Porque o seu governo ainda parece estar reticente em relação à autonomia do Banco Central do Brasil? Conceder tal autonomia formal não ajudaria o País a obter o chamado grau de investimento mais rápido?

**Presidente:** Neste Governo, o Banco Central do Brasil sempre atuou com a autonomia necessária. Não sofreu interferência na sua gestão da política monetária visando cumprir a meta de inflação definida pelo governo. Não acreditamos que a formalização dessa autonomia seja prioritário neste momento. O grau de investimento, por sua vez, virá como resultado dos resultados concretos da gestão macroeconômica e das medidas adotadas nos últimos anos, que têm viabilizado a aceleração sustentável do crescimento.

**Jornalista:** O PAC inclui um novo projeto de agências reguladoras. Porém, alguns investidores ainda têm receio da interferência política nas agências. Se estes investidores não investem em infra-estrutura por causa disso, certamente o PAC pode estar comprometido?



**Presidente:** O Segundo Balanço de andamento do PAC, publicado agora em setembro, mostra que o programa vai bem. Na área de infra-estrutura energética, por exemplo, 75,1% das ações monitoradas estão com andamento adequado, enquanto na infra-estrutura logística esse número chega a 83,6%. Portanto, os investidores não precisam temer, já que o governo está cumprindo sua parte. No que diz respeito às agências, também não procede a idéia de que se esteja planejando atentar contra sua autonomia técnica. É preciso deixar claro a distinção entre "interferência política" e definição de políticas. A definição das políticas públicas, no arcabouço constitucional brasileiro, é competência do Poder Executivo. Cabe aos diversos Ministérios formular políticas e às agências a sua implementação, lançando mão para isso dos conhecimentos técnicos mais avançados disponíveis. Neste sentido, a implementação técnica das políticas definidas está blindada contra a "interferência política", e assim permanecerá. O novo marco jurídico das agências reguladoras, previsto no PAC, apenas visa aperfeiçoar o modelo, homogeneizando o que pode e deve ser homogeneizado no relacionamento entre agências, demais órgãos públicos, entes administrados e consumidores. Portanto, o novo marco jurídico trará – pelo contrário - aperfeiçoamentos no âmbito regulatório que tornarão o sistema mais transparente, estável e institucionalmente atraente para os investidores.

**Jornalista:** O governo e os investidores privados tinham muita esperança em relação às PPPs. Porém, até hoje as parcerias público-privadas mal saíram do papel. Por quê?

**Presidente:** A Lei nº 11.079/04, que introduziu a possibilidade de celebrar contratos de PPP, foi aprovada em dezembro de 2004. A partir da definição desse marco legal, União, Estados e Municípios iniciaram os estudos e projetos para empreendimentos passíveis de execução pela modalidade PPP. Estes



requisitos são mais complexos do que no caso de obras públicas tradicionais, agregando, por exemplo, modelagem econômico-financeira e análise prévia do Tribunal de Contas da União. A experiência internacional atesta que a construção de uma carteira sólida e fiscalmente sustentável de projetos PPP requer tempo, associado à construção das bases institucionais eficientes e a estruturação de projetos adequados a esta modalidade. No caso do Governo Federal, foram estruturados dois projetos: Ferrovia Norte-Sul e rodovia BR 116/324 BA, que acabaram se mostrando viáveis sem a necessidade de aporte de recursos públicos. A concessão da FNS ocorreu em 03 de outubro e o edital de licitação da BR 116/324 BA deverá ser lançado até o final do ano. Outros projetos rodoviários e na área de irrigação continuam sendo desenvolvidos e poderão ser implementados na modalidade de PPP se os estudos finais assim indicarem. O amadurecimento deste processo permitirá acelerar o número de projetos ofertados sob a modalidade de concessão ou PPP, contribuindo para aumentar o investimento, melhorar a qualidade e reduzir o custo da prestação de serviços públicos.